

**COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL****DELIBERAÇÃO Nº 242.3.6/2024**

REFERÊNCIAS:	Regimento Interno do CAU/MG
INTERESSADOS:	Gerência de Fiscalização do CAU/MG
ASSUNTO:	Revisão DCEPMG nº 238.3.7/2024 - Revisão Processual - Processos sem CNPJ ativo

A Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU/MG, reunida ordinariamente, na Sede do CAU/MG, na Avenida Getúlio Vargas, nº 447, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, no dia 22 de julho de 2024 no uso das competências normativas e regimentais, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o versado no artigo 34 da Lei Federal 12.378/2010:

“Compete aos CAUs:

[...]

VIII – fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;

IX – julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR”

Considerando o Art. 96 do Regimento Interno do CAU/MG:

Art. 96. Para cumprir a finalidade de zelar pela orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo, competirá à Comissão de Exercício Profissional do CAU/MG (CEP-CAU/MG), no âmbito de sua competência:

[...]

VI - instruir, apreciar e deliberar sobre julgamento, em primeira instância, de autuação lavrada em processos de fiscalização do exercício profissional;

VII - propor, apreciar e deliberar, em consonância com os atos já normatizados pelo CAU/BR, sobre:

a) ações de fiscalização;

[...]

Considerando o art. 92 do Regimento Interno do CAU/MG que dispõe sobre a manifestação dos assuntos de competência das comissões ordinárias mediante ato administrativo da espécie deliberação de comissão;

Considerando a existência de processos de fiscalização onde são constatadas regularizações de seus fatos geradores após a lavratura do Auto de Infração e antes do encaminhamento desta para julgamento pela CEP-CAU/MG;

Considerando a existência de processos de fiscalização onde são constatadas regularizações de seus fatos geradores após o julgamento do Auto de Infração e antes da interposição ou encaminhamento de recurso ao Plenário do CAU/MG;

Considerando o § 1º do artigo 56 da Lei 9784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece a possibilidade de revisão de decisão antes do encaminhamento de recurso à instância superior;

Considerando o Princípio da Autotutela da Administração Pública que propicia o controle de seus próprios atos, com a possibilidade da

anulação dos atos ilegais e da revogação dos atos inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário;

Considerando o inciso III do art. 78 da Resolução CAU/BR nº 198 que explicita que o processo se extinguirá quando: “III – uma das instâncias julgadoras concluir que se exauriu a finalidade do processo ou a execução da decisão se tornar inviável, inútil ou prejudicada por fato superveniente”;

Considerando que a regularização do fato gerador exaure a finalidade do processo de fiscalização e do CAU/MG, consubstanciada em sua Lei 12.378, qual seja: resguardar o interesse público do exercício ilegal e/ou da má atuação profissional.

Considerando a Deliberação DCEPMG nº 238.3.7/2024 que aprova a possibilidade de arquivamento dos processos de pessoas jurídicas que forem identificados a situação de CNPJ não ativo junto à Receita Federal após a lavratura do Auto de Infração e antes do encaminhamento desta para julgamento pela CEP-CAU/MG ou após o julgamento do Auto de Infração e antes da interposição ou encaminhamento de recurso ao Plenário do CAU/MG.

Considerando discussões e análise sobre a matéria, nos termos registrados ao item 3.6 da Súmula nº 242/2024 da Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU/MG, na qual foram apresentados os questionamentos da fiscalização sobre a aplicabilidade da Deliberação DCEP nº 238.3.7/2024 e a informação sobre sua impossibilidade operacional no sistema SICCAU por ausência de trâmite correspondente no fluxo processual atual.

DELIBEROU

1. Revogar a Deliberação DCEPMG nº 238.3.7/2024, tendo em vista a impraticabilidade da sua execução.
2. Encaminhar a presente Deliberação para a Presidência do CAU/MG, para conhecimento e remessa à Gerência de Fiscalização do CAU/MG, para encaminhamentos e providências necessárias.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2024.

COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL				
VOTAÇÃO				
CONSELHEIRO ESTADUAL	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
Lucas Lima Leonel Fonseca – <i>Coordenador</i> <input type="checkbox"/> Emmanuelle de Assis Silveira (<i>Suplente</i>)	x			
Claudio Mafra Mosqueira - <i>Coordenador Adjunto</i> <input type="checkbox"/> Bruno Ribeiro Fernandes (<i>Suplente</i>)	x			
Adriane de Almeida Matthes - <i>Membro Titular</i> <input type="checkbox"/> Maria Carolina Nassif Mesquita de Paula (<i>Suplente</i>)	x			
Danielly Borges Garcia Macedo - <i>Membro Titular</i> <input type="checkbox"/> Heloísio Andrade de Souza (<i>Suplente</i>)	x			
Felipe Colmanetti Moura - <i>Membro Titular</i> <input type="checkbox"/> Thais Ribeiro Curi (<i>Suplente</i>)	x			
Marcondes Nunes de Freitas - <i>Membro Titular</i> <input type="checkbox"/> Erick Riul Fernandes (<i>Suplente</i>)	x			
Sidlei Barbosa - <i>Membro Titular</i> <input type="checkbox"/> Lessandro Lessa Rodrigues (<i>Suplente</i>)	x			

Declaro, para os devidos fins de direito, que as informações acima referidas são verdadeiras e dou fé, tendo sido aprovado o presente documento com a anuência dos membros da Comissão de Exercício Profissional.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS LIMA LEONEL FONSECA**, **Coordenador(a) de Comissão**, em 26/08/2024, às 14:55 (horário de Brasília), conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **F0FDA217** e informando o identificador **0291251**.

Avenida Getúlio Vargas, 447 9º andar | CEP 30112-020 - Belo Horizonte/MG
www.caumg.gov.br

00158.000998/2024-34

0291251v10